

“UNited for a different MIGRATION”

O **Pacto Global para Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares** que foi adotado pelos Estados membros da ONU, em Marraquexe, Marrocos, em dezembro próximo **constitui um quadro progressivo sem precedentes para uma abordagem descendente, mas também ascendente relativamente à Migração.**

Atendendo aos sentimentos crescentes anti-imigração e xenófobos que estão a alastrar no continente europeu e noutras partes do mundo, conforme novamente refletido na cimeira de Salzburgo da UE, **onde os líderes da UE mostraram a sua unidade relativamente ao Brexit e a sua divisão em matéria de migração**, a Fundação de Estudos Europeus Progressistas (FEPS) apresentou em Nova Iorque em 21 de setembro, pouco antes da Assembleia Geral da ONU, uma visão progressiva sobre a migração.

«Uns erguem muros, nós promovemos portas»

- ✓ A migração não tem a ver com números, tem a ver com pessoas
- ✓ A migração regular tem de ser reforçada e aumentada
- ✓ Fechar a porta é bem pior para a Europa do que controlar os fluxos de entrada
- ✓ A melhor forma de combater a exclusão é a inclusão, começando nas comunidades locais
- ✓ A necessidade progressista de debater as fronteiras, a segurança e a identidade, temas que há muito tempo foram monopolizados pelos populistas de direita

GRUPO DE MIGRAÇÃO GLOBAL DA FEPS

10 pontos de referência para uma narrativa progressiva sobre a migração

A migração não tem a ver com números, tem a ver com pessoas. Por trás dos números há homens, mulheres, crianças, todos com os seus próprios sentimentos, experiências, medos, esperanças e histórias únicas; cada um com a sua dignidade e o seu direito de procurar uma vida melhor. Dado que a forma como tratamos a migração afetará o direito destas pessoas a deslocarem-se e a terem uma vida digna, assim como a estabilidade e coesão das comunidades de acolhimento, **as políticas progressistas de migração e integração devem fundadas com base na humanidade e na solidariedade** e implicar a **rejeição absoluta de medidas, iniciativas e práticas que possam atentar contra a dignidade humana.**

Ainda que a migração esteja a atingir níveis sem precedentes no contexto mundial atual, devemos reconhecer que **não se trata de uma emergência: a migração é uma característica estrutural e comum do nosso mundo contemporâneo**, e as respostas políticas de curto prazo, simplistas e limitadas não só não vão «resolver o problema», como também irão provavelmente agravar as consequências da má gestão. Dado que as razões para a migração estão enraizadas nas desigualdades ao nível do desenvolvimento e da distribuição da riqueza, nos conflitos e perseguições e nas devastações provocadas pela natureza e pelas alterações climáticas, **a migração só poderá ser governada eficazmente a uma escala global e é a arquitetura mundial atual que tem de ser modificada.**

Atendendo a estes pressupostos, o Grupo de Migração Global da FEPS apresenta as seguintes sugestões como quadro de referência para forças progressistas em todo o mundo e para apoiar a aplicação do **Pacto Global para Migrações**, a ser adotado em Marraquexe em 10 e 11 de dezembro de 2018.

“UNited for a different MIGRATION”

1. Expor a realidade da migração

O discurso sobre migração caracteriza-se por um sem-fim de mitos. Apoiar as informações baseadas em dados concretos é crucial, sobretudo quando os dados concretos baseados em factos já não são suficientes e as **informações são muitas vezes manipuladas ou desvirtuadas**. Temos de fazer o **nosso melhor para desmistificar a migração**, alargando os círculos eleitorais que falam sobre o tema, recorrendo ao apoio de impulsionadores de informação fortes e expondo as inúmeras perceções erróneas e mentiras flagrantes que circulam, uma vez que alimentam o medo e a insegurança e conduzem inevitavelmente à adoção de medidas inapropriadas a nível interno e internacional. A própria ideia de **migração necessita de ser normalizada** para reduzir incertezas e inspirar maior confiança na capacidade dos governos para a gerirem.

2. Apoiar um diálogo amplo e justo entre países

Olhar para o fenómeno de uma perspectiva de um único lado conduz inevitavelmente a respostas parciais e unilaterais e reforça a «perspetiva de nós contra eles». Os Estados são, na sua maioria, simultaneamente países de origem, trânsito e destino e partilham mais interesses numa abordagem ampla e global do que normalmente se pensa. Devemos construir a partir desta base e desenvolver um **diálogo multidimensional entre países de origem, trânsito e destino** para identificar as políticas mais apropriadas para governar os fluxos migratórios, para bem de todos os Estados e de todas as pessoas.

3. Desenvolver pactos de mobilidade justos e equitativos

De uma perspectiva de gestão ordenada da migração, a cooperação entre Estados deve ser direcionada no sentido da criação de **uma política comum de mobilidade organizada** entre países de partida, trânsito e chegada, desenvolvida no interesse de todos. Estes pactos de mobilidade transnacional devem prever uma gestão conjunta e providenciar canais para migração regular e políticas de regresso. Tal eliminaria os incentivos à circulação irregular e desmantelaria redes de passadores e traficantes.

4. Promover a migração segura, ordenada e regular

Reforçar e aumentar as possibilidades legais para os migrantes chegarem aos seus países de destino em segurança não é só um dever moral, mas uma condição prévia necessária para lidar eficazmente com a migração irregular, o contrabando e tráfico e para evitar que as pessoas morram em rotas longas e perigosas.

5. Repensar as fronteiras

As fronteiras afirmam a distinção entre «nós» e «eles»; não são as barreiras intransponíveis que as pessoas comumente pressupõem, mas convenções criadas para tranquilizar aqueles que vivem dentro delas e manter os «outros» de fora. Temos de **repensar a própria ideia de fronteiras** e redescobrir e reaprender que os Estados são comunidades, e que as comunidades podem ser exclusivas ou também inclusivas. Temos de **conciliar a proteção do espaço de uma comunidade com o dever moral de atender às necessidades humanitárias** daqueles que procuram proteção, ajuda e/ou uma vida condigna.

6. Transformar a desordem em ordem

A perceção que as pessoas têm sobre o significado de ordem tem de estar no centro de qualquer política de migração. **O Estado tem de ter o controlo e transmitir essa imagem de controlo**. No entanto, ter o controlo não significa fechar fronteiras, recorrer à detenção arbitrária ou expulsar arbitrariamente os recém-chegados. Significa desenvolver e gerir canais de migração legal, políticas e práticas eficientes de

“UNited for a different MIGRATION”

asilo, mas também controlos das fronteiras. Significa dispor de, e ser capaz de aplicar regras concretas e procedimentos de funcionamento harmonioso que sejam claros e transparentes para todos, migrantes e responsáveis pela aplicação da lei, respeitando cabalmente o Estado de direito e os direitos dos migrantes, num contexto de responsabilidade política. Significa também **responder a todas as formas de exploração dos migrantes por parte de traficantes e passadores sem escrúpulos, bem como por empregadores desonestos**, ao mesmo tempo **evitando completamente a criminalização dos migrantes** que tem efeitos devastadores, porque provoca o medo relativamente aos migrantes e contribui para os tornar bodes expiatórios.

7. Combater a exclusão com a inclusão

Temos de ultrapassar a ideia de que os recém-chegados e a população local estão a competir por recursos limitados, quer se trate de emprego, serviços, alojamento, prestações sociais ou riqueza. No nosso entender, **os recém-chegados e as populações locais partilham o mesmo interesse em superar as desigualdades**. Para alcançar este objetivo, **há que introduzir políticas e medidas destinadas a reduzir as desigualdades para todos e a aumentar a participação de quem trabalha nos benefícios gerados**.

8. Integração das diferenças

A coabitação entre recém-chegados e locais é sempre desafiante. As normas sociais são diferentes, mas a mudança gradual das regras e normas individuais está sempre a acontecer. Excetuando as práticas que são absolutamente incompatíveis com os princípios da democracia liberal, é essencial afirmar que **as mudanças não podem e não devem ser unilaterais**. Com efeito, **as diferenças têm de se adaptar às necessidades e às regras e valores partilhados de uma sociedade pluralista**. Todas as atividades que acolhem diferentes tradições devem ser apoiadas pelas autoridades públicas a todos os níveis, tornando as diferenças visíveis na esfera pública, legitimando-as assim e permitindo às pessoas familiarizar-se com elas, e também envolvendo os cidadãos nas discussões e debates em espaços públicos apropriados.

9. Promover a resiliência das comunidades

Há que criar um sistema de correspondência entre as necessidades dos recém-chegados e as dos municípios e das sociedades civis que os acolhem com o objetivo de equilibrar medidas entre ambos e **produzir uma maior igualdade e justiça social para todos**. Um sistema desse tipo requer apoio nacional e internacional, destinado a promover **a resiliência das comunidades**, qualidade que **constitui uma condição prévia necessária para uma estratégia de integração bem-sucedida**.

10. Promover uma ideia de identidade que seja inclusiva

A promoção de uma ideia de identidade que seja inclusiva em vez de exclusiva (assente em características exclusivas, tais como a etnia ou religião) é um processo difícil, mas que vale muito a pena. **Uma tal identidade inclusiva não faria distinções entre religiões ou cores de pele**, e seria constituída por cidadãos que integram uma comunidade por vontade própria. O recurso à legislação para proibir, prevenir e condenar o racismo e a xenofobia é uma condição prévia para uma tal transformação cultural, que não é uma «corrupção de valores culturais» que deva ser receada, mas sim um «enriquecimento» de uma cultura que pode (e deve) ser bem acolhido.